

INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS

Taxa de desemprego total (%) - Região Metropolitana de São Paulo -

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1	16,0	18,2	19,3	17,6	17,6	19,0	19,9	18,7	16,9	15,8	14,8	13,9

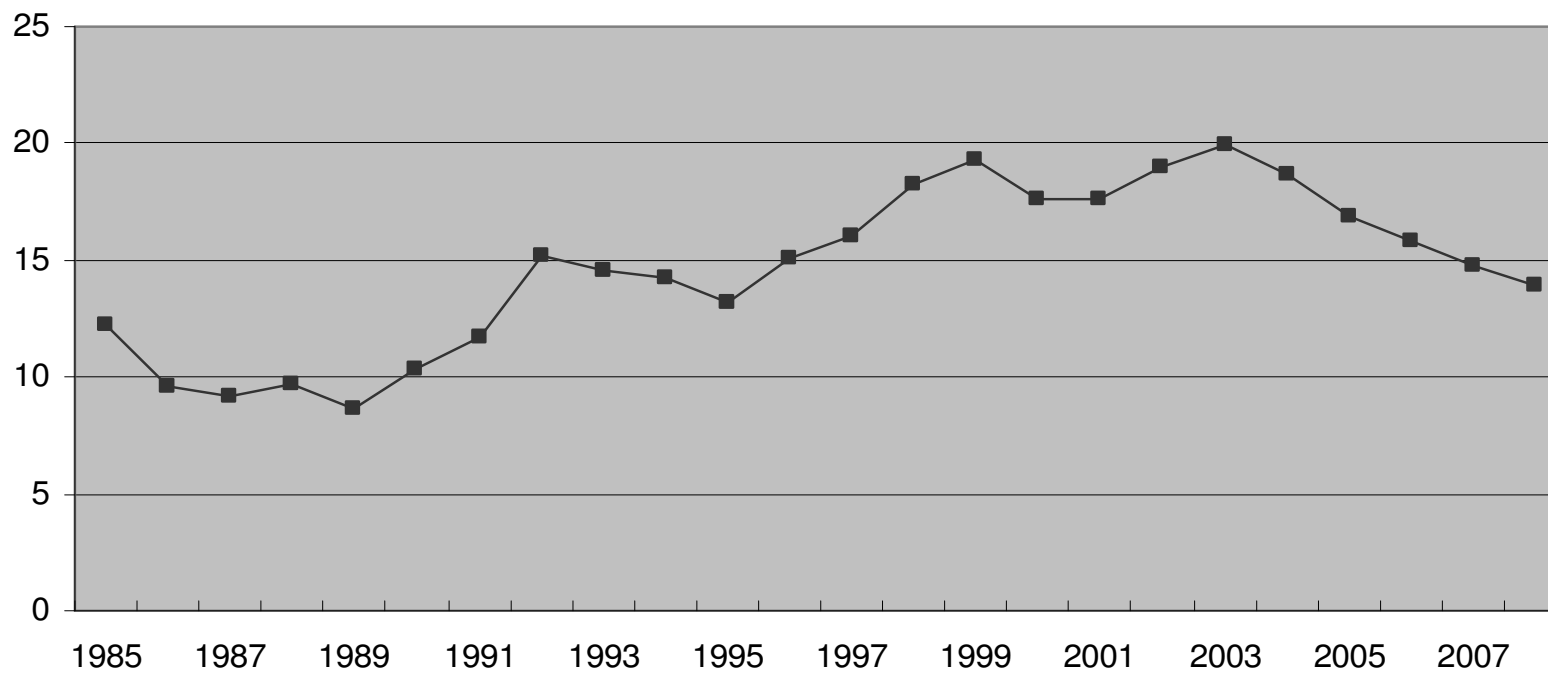
Fonte: DIEESE/SEADE. * Média dos cinco primeiros meses do ano.

Taxa de desemprego total (%) – 6 Regiões Metropolitanas

1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
18,7	20,2	18,7	18,8	19,5	20,8	19,6	17,9	16,8	15,5

Fonte: DIEESE/SEADE. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Obs.: corresponde ao total das 6 Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Distrito Federal.

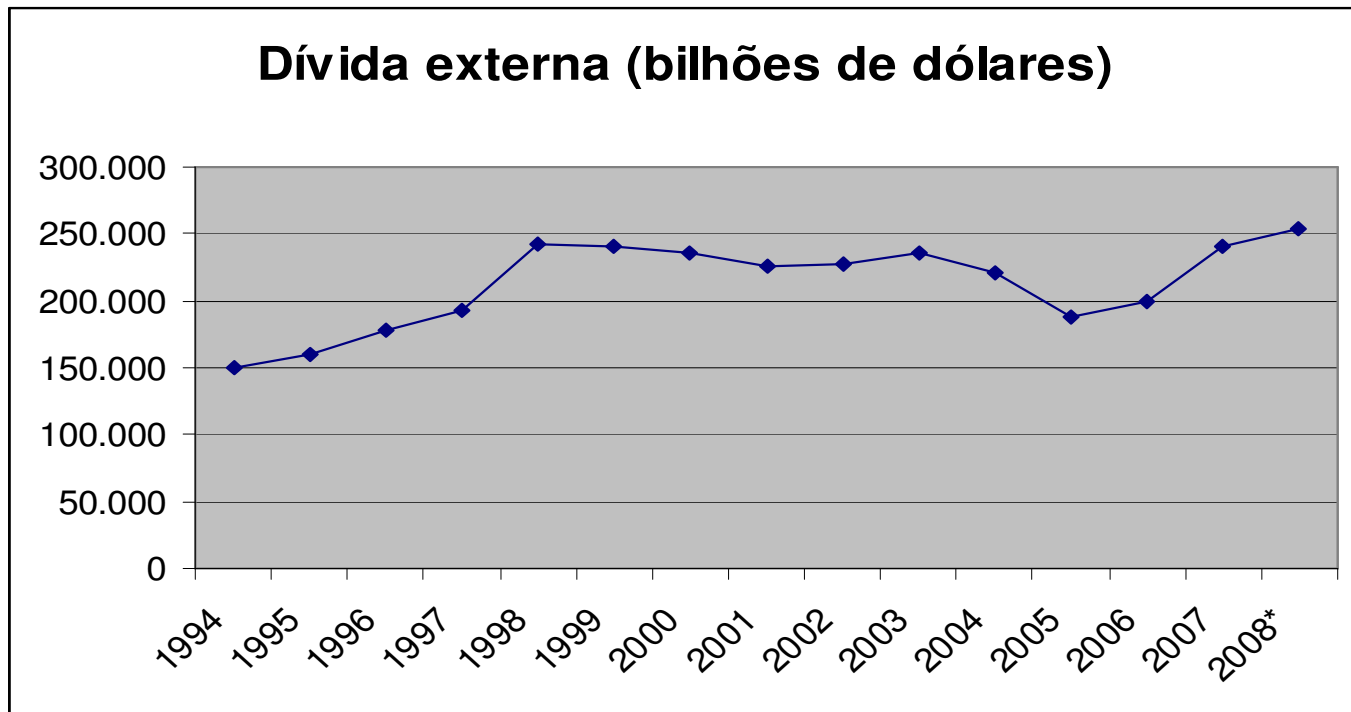
Taxa de desemprego total - RMSP



Dívida externa - US\$(milhões) –

1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
149.506	159.256	178.131	193.120	241.644	241.467	236.156	226.067	227.689	235.414	220.182	187.987	199.372	240.495	253.483

Fonte: BCB Boletim/BP - BM4_DEXTEI4 (apud: IPEADATA). * 1º. trimestre.



Dívida interna -

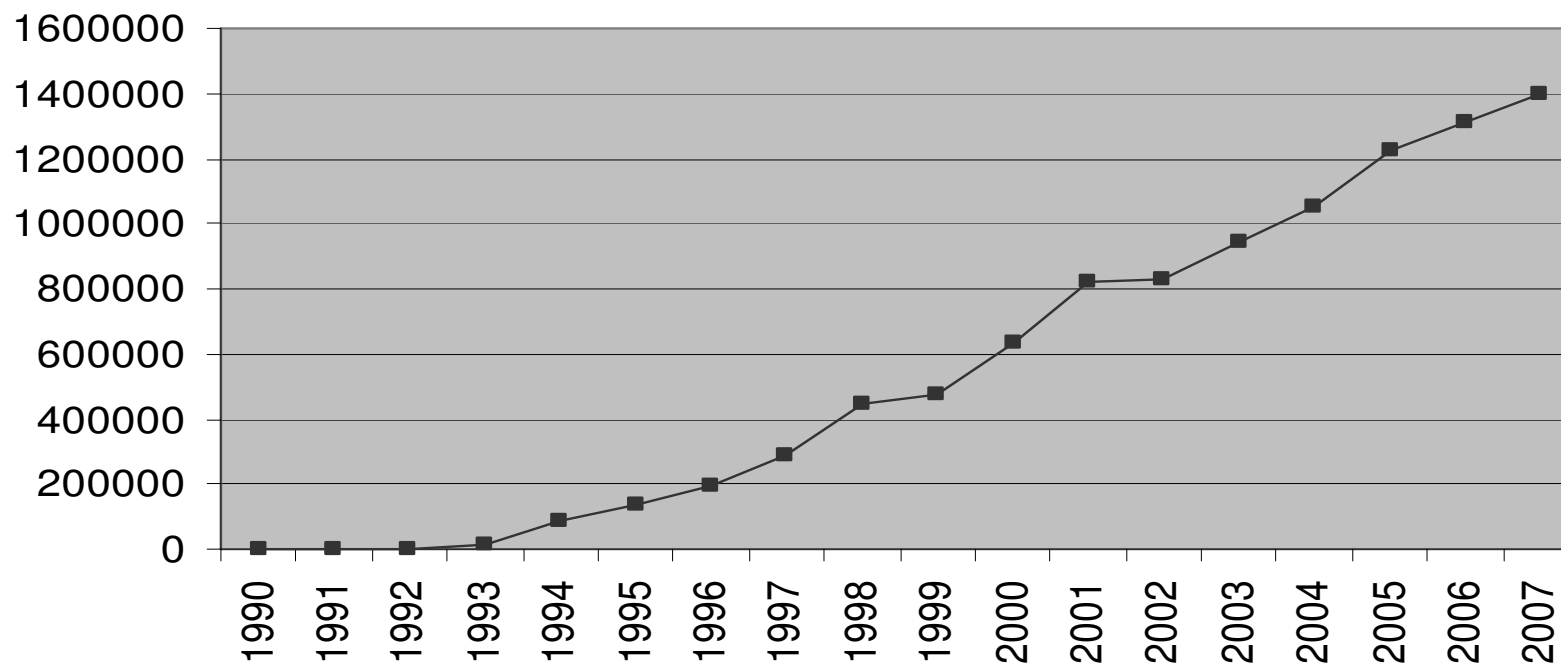
Dívida mobiliária federal emitida - responsabilidade do Tesouro Nacional - fim período - R\$(milhões) –

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
6,5	33,8	537	12.593	85.869	133.942	197.879	290.969	448.529	475.772	634.410	818.474	825.971

2003	2004	2005	2006	2007
942.900	1.053.611	1.222.094	1.313.753	1.396.405

Fonte: BCB Boletim/F. Públ. - BM_DIPF (apud: IPEADATA).

Dívida interna (bilhões de reais)



PIB - R\$ (milhões) -

1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
349.204	705.640	843.965	939.146	979.275	1.065.000	1.179.482	1.302.136	1.477.822	1.699.948	1.941.498	2.147.239	2.332.936	2.558.821

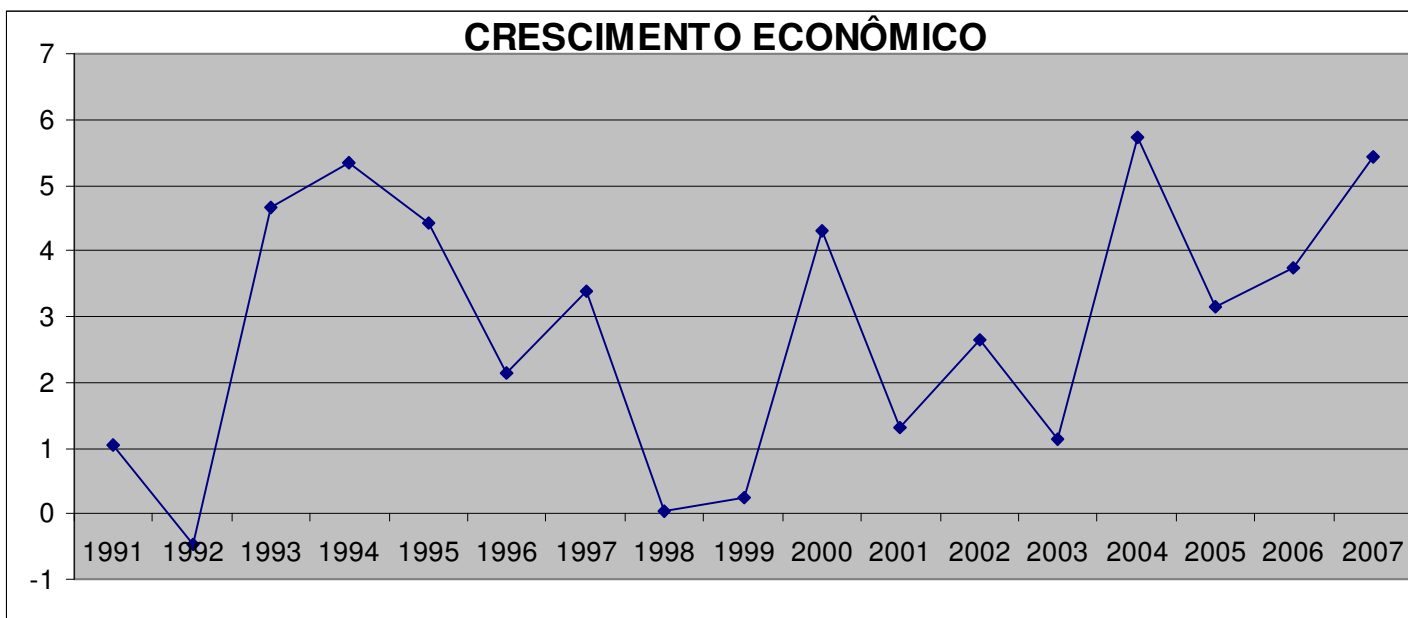
Fonte: IBGE/SCN 2000 Anual - SCN_PIBN (apud: IPEADATA).

**PIB – variação real anual (%)
(crescimento econômico)**

ANO	PIB
1991	1,03
1992	-0,4
1993	4,6
1994	5,3
1995	4,4
1996	2,1
1997	3,3
1998	0,03
1999	0,2
2000	4,3

2001	1,3
2002	2,6
2003	1,1
2004	5,7
2005	3,1
2006	3,7
2007	5,4

Fonte: IBGE/SCN 2000 Anual – SCN PIBG (apud: IPEADATA).

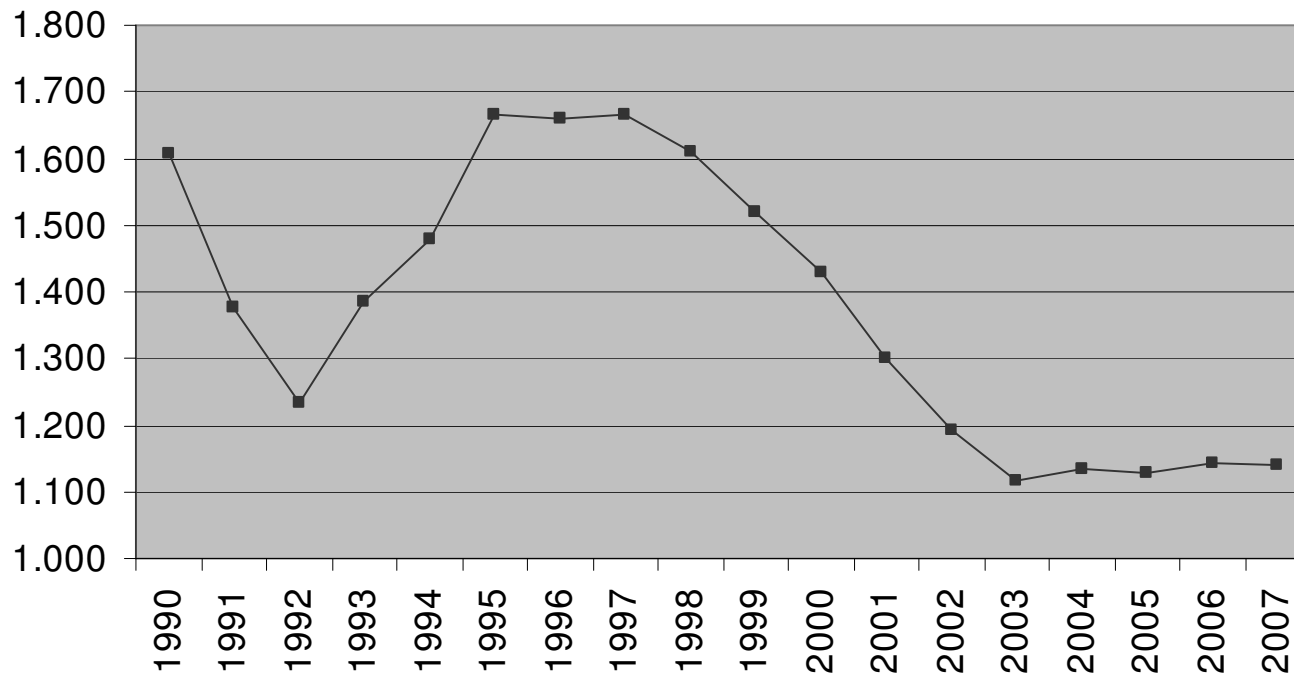


Rendimento Médio Real dos Ocupados no Trabalho Principal (1), segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana de São Paulo - 1985-2007

1985	2.182
1986	2.384
1987	1.851
1988	1.701
1989	1.853
1990	1.608
1991	1.377
1992	1.233
1993	1.385
1994	1.480
1995	1.667
1996	1.661
1997	1.665
1998	1.611
1999	1.520
2000	1.428
2001	1.301
2002	1.194
2003	1.118
2004	1.134
2005	1.129
2006	1.144
2007	1.140

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE.
Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Rendimento médio real



Salário-mínimo: aumento real (2003-2008)

“Considerando a variação do INPC em 4,98%, até o final de fevereiro de 2008, e o valor de R\$ 415,00, em 1º de março de 2008, o ganho real acumulado no período do governo Lula é de **37,02%**, resultante de uma variação nominal de 107,49%, contra inflação de 51,43%” (DIEESE, Nota Técnica n. 62 – março 2008).

Salário-mínimo real –
Região Metropolitana de São Paulo (1940 = 100)

Ano	Média com 13°
1940	98,02
1950	39,84
1960	100,30
1970	68,93
1980	61,78
1990	29,09
1991	30,38
1992	26,07
1993	29,37
1994	24,79
1995	24,53

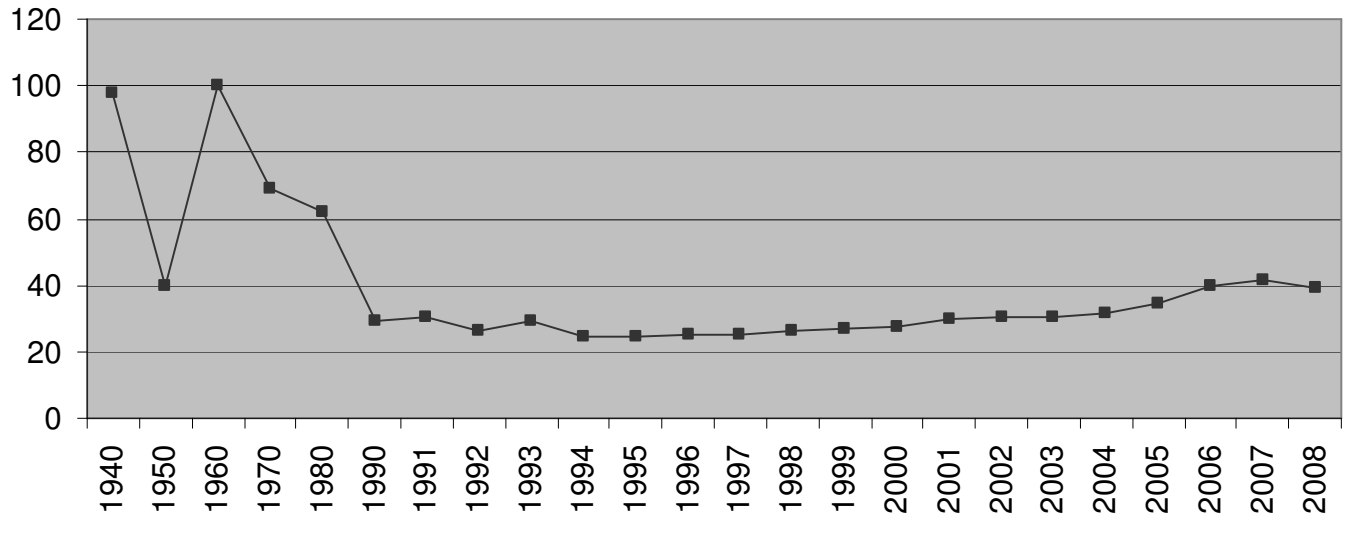
1996	24,92
1997	25,32
1998	26,55
1999	26,65
2000	27,43
2001	29,67
2002	30,28
2003	30,70
2004	31,85
2005	34,30
2006	39,64
2007	41,75
2008	39,44

Fonte: DIEESE.

Obs.: Inclui 13º salário na média anual desde 1962.

Inclui abonos nos meses agosto/90 e janeiro/95.

Salário mínimo real - RMSP



Comentários sobre os dados

Ivo Lesbaupin

julho 2008

Dívida externa

Como se pode observar pela leitura dos dados, a dívida externa do Brasil não acabou. Ao contrário, embora os sucessivos governos desde a ditadura militar tenham pago regularmente a dívida, embora o governo Lula tenha pago a dívida com o FMI, não liquidou a dívida externa, que continua crescendo e chegou a **253 bilhões de dólares**. É para pagar a dívida externa que, sistematicamente, se reserva uma parte da receita dos impostos do país, o *superávit primário* – atualmente, da ordem de 4,3% do PIB. É o montante da receita nacional separado para garantir o pagamento dos juros da dívida. Esta é a razão pela qual há sempre recursos insuficientes para a saúde, a educação, o transporte, a habitação. Porque é preciso pagar os juros e amortizar a dívida: esta é a prioridade das prioridades da política econômica nacional.

Dívida interna

Para pagar a dívida externa, o governo produz uma dívida interna: lança títulos da dívida pública. E esta dívida, desde o governo FHC, não cessa de crescer a taxas astronômicas. Saltou de 85 bilhões de reais em 1994 a 825 bilhões em 2002. Em 2007, chegou a e quase **1 trilhão e 400 bilhões de reais**. A cada aumento da taxa de juros, a dívida interna cresce. Quem recebe o pagamento desta dívida? Os banqueiros e aqueles que investem em produtos financeiros. Os ricos, em suma. Há pessoas – poucas, é verdade – que podem viver apenas de aplicações financeiras. Mas estas poucas pessoas - que não somam mais que 20 mil clãs de famílias (menos de 1% da população brasileira), segundo o economista Márcio Pochmann -, recebem fortunas por causa desta dívida. E os brasileiros trabalham, a maior parte do tempo, não para o desenvolvimento do seu país, mas para pagar esta dívida. Os impostos que pagam – quase cinco meses de trabalho por ano – se destinam, em primeiro lugar, para o atendimento das exigências das dívidas (externa e interna). E, como revelou recentemente o IPEA, os pobres pagam proporcionalmente mais impostos que os ricos.

Crescimento econômico

O crescimento econômico do país vem, desde o início dos anos 80, patinando. Nos anos 80, a causa foi a crise da dívida externa. A partir dos anos 90, foi a adoção das políticas neoliberais: prioridade para o pagamento da dívida externa (políticas de ajuste fiscal), controle rígido da inflação – com a utilização do aumento da taxa de juros a cada vez que a inflação ameaça subir um pouco. Estas políticas atendem aos interesses do FMI que, por sua vez, atende aos interesses dos países mais ricos, dos grandes bancos, das multinacionais, do capital financeiro, em síntese. Esta é a razão pela qual, embora cada governo afirme estarmos com crescimento sustentado, ele na verdade é um sobe-e-desce constante – como evidencia o gráfico. Até porque o crescimento não é o objetivo central desta política. O capital financeiro lucra com ou sem crescimento econômico, com ou sem desenvolvimento. Daí porque os grandes beneficiários deste modelo econômico são os bancos (e os rentistas): seus lucros crescem a cada ano, a cada semestre, a cada trimestre, desde o início do governo FHC, continuando no governo Lula.

Desemprego

A taxa de desemprego vem sendo reduzida, desde o segundo ano do governo Lula, 2004. É uma diminuição lenta, mas real. Graças à política de aumento real do salário-mínimo (37% desde 2003), sobretudo, e também graças ao programa Bolsa-Família, têm sido criados mais empregos. No entanto, é preciso observar que a política econômica não visa a geração de empregos: tanto é assim que o crescimento econômico não é sustentado – cresce em um ano ou dois, cai no seguinte. Porque a prioridade é o pagamento dos juros da dívida e o controle da inflação – como reza a cartilha neoliberal. Aumentar a taxa de juros significa **sempre** reduzir a geração de empregos. E mais: os empregos que têm sido gerados são empregos precários. 90% dos empregos gerados nos últimos anos têm remuneração até 2 salários-mínimos, segundo o economista Márcio Pochmann. E há alta rotatividade nos empregos: as pessoas que conseguem emprego são também demitidas com muita facilidade. Para dar um pequeno exemplo: os canavieiros do estado de São Paulo têm carteira assinada, ganham o salário-mínimo, mas trabalham doze horas por dia e podem morrer a qualquer momento de exaustão, porque sua tarefa é cortar doze toneladas de cana **por dia**.

Rendimento médio real

A prova de que o emprego gerado tem sido precário é o rendimento médio real dos ocupados na Região Metropolitana de São Paulo – que serve como parâmetro. Lá, a taxa de desemprego diminuiu, mas o rendimento médio real tem caído sistematicamente desde 1990. Nos idos de 1985-86, estava em torno de 2.000, terminou os anos 90 ainda na faixa dos 1.500 mas, de 2003 em diante, nunca ultrapassa 1.150 –a metade do que era em 1985-86. Gera-se emprego, sim, mas de baixa remuneração.

O salário-mínimo teve um aumento real no governo Lula – de **37%** - algo extremamente positivo. A mais importante política social, aquela realizada pela Previdência social, atinge 77 milhões de pessoas e tem o salário-mínimo como piso. Deste modo, o aumento real produz melhorias imediatas para a população de baixo poder aquisitivo. Efetivamente, o salário-mínimo real – ou seja, o poder aquisitivo do salário-mínimo – cresce desde 2003 **de 30 para 40** (tendo como referência o ano de criação do salário-mínimo 1940=100). Ainda longe, porém, do seu valor nos anos 60-70.